

REQUERIMENTO Nº ,2014

(Do Sr. Fernando Francischini)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a Medida Provisória n. 650/2014, na Comissão Mista encarregada de emitir parecer sobre a referida Medida Provisória.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência a realização de audiência pública para debater a MPV n. 650/2014, por haver tópicos, no que concerne a competência desta Comissão, que merecem ser discutidos com a categoria interessada.

Para tanto, requeiro ainda sejam convidados(as):

- Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal – Sr. **Leandro Daiello Coimbra**

- Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal – Sr. **Jorge Luiz Xavier**

- Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL/MJ) – Sr. **Gabriel de Carvalho Sampaio**

- Secretário de Relações do Trabalho no Serviço Público do Ministério e Planejamento (SRT/MPOG) – Sr. **Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça**

- Secretário de Estado de Administração Pública do DF (SEAP/DF) – Sr. **Wilmar Lacerda**

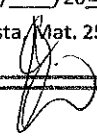
- Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) – Sr. **Marcos Leôncio Ribeiro**

- Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (ADEPOL do Brasil) – Sr. **Paulo Roberto D’Almeida**

- Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal (SINDEPO/DF) – Sr. **Benito Augusto Galiani Tiezzi**

- Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal (SINPOL/DF) – Sr. **Rodrigo Fernandes Franco**

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 30/07/2014, às 17:43
Givago Costa / Mat. 257610



CD142158967835



- Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF) – Sr. **Jones Borges Leal**

JUSTIFICATIVA

Em que pese o reajuste salarial seja ponto pacífico e justo, a Medida Provisória traz aspectos complexos como a reestruturação da Polícia Federal o que requer uma discussão e reflexão sobre os seus efeitos.

Portanto, considerando os reflexos da reestruturação dos cargos da carreira da Polícia Federal, para o bom funcionamento e organização corporação, notadamente no que diz respeito a definição de atribuições dos diversos cargos policiais, é salutar a realização de audiência pública para esclarecer os impactos que serão causados no órgão.

Nesse contexto, é importante recordar o reconhecido tratamento isonômico constitucional da Polícia Civil do Distrito Federal com a Polícia Federal, já que sua fonte pagadora também é a União, conforme reivindicado pela Mensagem n. 024/2013 do Governo do Distrito Federal no tocante ao reconhecimento de nível superior dos cargos policiais.

Por este motivo é que pedimos o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2014


Deputado **Fernando Francischini**
SDD/PR

CD142158967835